

**Mandado de segurança - Liminar - Recurso -
Interposição - Autoridade coatora -
Inadmissibilidade - *Legitimatío ad processum* -
Pessoa jurídica de direito público**

Ementa: Processo civil. Agravo de instrumento. Liminar em mandado de segurança. Recurso interposto pela autoridade coatora. Inadmissibilidade.

- A legitimidade para recorrer das decisões proferidas em mandados de segurança é da pessoa jurídica de direito público à qual pertence a autoridade coatora, que, por conseguinte, não pode manejar recurso.

AGRAVO (art. 557, § 1º, CPC) Nº 1.0145.08.458211-6/002 EM AGRAVO Nº 1.0145.08.458211-6/001 - Comarca de Juiz de Fora - Agravantes: Município de Juiz

de Fora e outro - Agravada: Talita Silva Sodré de Oliveira, representada pela mãe Ires da Silva - Relator: DES. ALBERTO VILAS BOAS

Acórdão

Vistos etc., acorda, em Turma, a 1  Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, incorporando neste o relatório de fls., na conformidade da ata dos julgamentos e das notas taquigráficas, EM NEGAR PROVIMENTO.

Belo Horizonte, 28 de outubro de 2008. - Alberto Vilas Boas - Relator.

Notas taquigráficas

DES. ALBERTO VILAS BOAS - Conheço do recurso.

Ao negar seguimento ao agravo de instrumento, o fiz embasado nas seguintes razões:

Sabe-se que, no âmbito do mandado de segurança, a autoridade pública   convocada para prestar as informa es necessárias para a autoridade judiciária averiguar se ocorreu lesão a direito líquido e certo de quem reclama a tutela jurisdicional.

Sendo assim, eventual impugna o recursal a ser utilizada em favor da autoridade coatora deverá ocorrer por intermédio da pessoa jurídica de direito público   qual esteja vinculada.

Nesse sentido, tem-se decidido que:

‘O coator   notificado para prestar informa es. Não tem ele legitimidade para recorrer da decisão deferit ria do *mandamus*. A legitima o cabe ao representante da pessoa jurídica interessada’ - (RTJ 105/404)

‘Administrativo. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Provimento de vaga de desembargador. Quinto constitucional. Art. 100,   2 , da Loman. Inaplicabilidade. Perda do objeto da a o não-ocorrência. Autoridade coatora. Ilegitimidade para recorrer ou apresentar contra-razões. Recurso ordinário conhecido e improvido.

Muito embora a autoridade coatora figure no pólo passivo da rela o processual, ela não tem legitimidade para recorrer ou apresentar contra-razões, porquanto este direito é atribuído, tão-somente,   pessoa jurídica a que vinculada, segundo orienta o do Supremo Tribunal Federal (RE 108.703/BA, Rel. Min. Djaci Falcão) - (RMS n  12.778, 5  Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJU de 03.04.2006, p. 366).

Os agravantes pretendem a reforma da decisão por entender que esta se encontra baseada em tese não pacífica, argumentando a existência de julgados que permitem que a autoridade coatora possa interpor recurso de decisão proferida em mandado de segurança.

Salienta ainda, com o objetivo de sanar qualquer d vida, que o Município subscreve, em todos os termos, o recurso interposto pela autoridade coatora.

Não lhes assiste razão, *data venia*.

Com efeito, a legitimidade para recorrer das decisões proferidas em mandados de segurança   da pessoa jurídica   qual pertence a autoridade coatora,

que, quando presta as informa es necessárias, age como substituto processual daquela.

Nesse sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

Processual civil. Tributário. Mandado de segurança. Intima o da pessoa jurídica de direito público a que se vincula a autoridade impetrada da sentença concessiva de segurança. Obrigatoriedade.   4  do art. 1  da Lei n  8.437/92. Nulidade do acórdão. - A autoridade coatora, no mandado de segurança,   notificada para prestar informa es, cessando sua interven o quando oferecidas estas, razão pelo qual a *legitimatío ad processum* para recorrer da decisão deferit ria do *mandamus*   do representante da pessoa jurídica a que pertence o  rg o (REsp n  842.279, 1  Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 24.04.2008 - ementa parcial).

Dessa forma, a autoridade apontada como coatora não tem legitimidade processual para recorrer, sendo intempestiva a iniciativa da Municipalidade de Juiz de Fora de corrigir o equívoco após vencido o prazo para a interposi o do agravo de instrumento.

Nego provimento.

Votaram de acordo com o Relator os DESEMBARGADORES EDUARDO ANDRADE e GERALDO AUGUSTO.

Súmula - NEGARAM PROVIMENTO.

...